

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E MODELOS DE FORÇA: UMA COMPARAÇÃO DOS EXÉRCITOS DE CHINA, ÍNDIA E TURQUIA

STRATEGIC PLANNING AND FORCE MODELS: A COMPARISON OF THE ARMIES OF CHINA, INDIA, AND TURKEY

NATÁLIA DINIZ SCHWETHER

RESUMO

O principal foco desse artigo é comparar quais foram os modelos de força e as estratégias adotadas por China, Índia e Turquia para preparar suas forças terrestres para o futuro. O trabalho visou responder aos questionamentos: a. como os exércitos de China, Índia e Turquia têm se preparado para o futuro?; e b. quais as semelhanças e as diferenças entre as três configurações de força? Para isso, apresenta-se, ao início, uma discussão sobre planejamento estratégico e gestão de defesa, para, a seguir, introduzir o método comparativo e as categorias que serão empregadas na análise. Os resultados são expostos em um quadro, acompanhado por uma discussão das semelhanças e das diferenças entre os casos. Por fim, o artigo encerra com possíveis aprendizados ao Brasil, no tocante a: boas práticas de gestão em defesa; a importância de se operar de forma conjunta; e o poder das inovações e de estar na vanguarda tecnológica para atuação nos cenários futuros.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo de Força; Gestão de Defesa; Planejamento Estratégico; Futuro.

ABSTRACT

The focus of this article is to compare the force models and strategies adopted by China, India and Turkey to prepare their land forces for the future. The work had the aim to answer the questions: a. how have the armies of China, India and Turkey been prepared for the future?; and b. what are the similarities and differences between the three configurations? For this, this article carries out, at the beginning, a discussion on strategic planning and defense management, to then introduce the comparative method and the categories that will be used in the analysis. The results are displayed in a table, accompanied by a discussion of the similarities and differences between the cases. Finally, the article ends with possible lessons learned for Brazil with regard to: good defense management practices; the importance of operating jointly; and the power of innovations and being at the forefront of technology to act in future scenarios.

KEYWORDS: Force Model; Defense Management; Strategic Planning; Future.

A AUTORA

Pós-doutora em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora visitante no Instituto Universitário de Lisboa e pesquisadora do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP-CEEEEx).



Sumário Executivo

O presente artigo é resultado de um estudo exploratório conduzido ao longo do ano de 2022 na área temática Planejamento Estratégico e Gestão de Defesa, do Núcleo de Estudos Prospectivos, do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP-CEEEEx), o qual pretendeu conhecer e apresentar os modelos de força futura de três Exércitos distintos, quais sejam: da China, da Índia e da Turquia.

Dessa primeira exploração, alguns achados merecem destaque, como, por exemplo, os grandes progressos que as Forças Armadas chinesas fizeram nos últimos vinte anos no que tange à sua modernização. Os diversos ciclos de reforma pelos quais o país passou tiveram, como foco principal, o fortalecimento da capacidade de conduzir operações conjuntas e o balanceamento da composição das forças.

No segundo ensaio, no qual tratamos o caso indiano, verificamos a ausência da produção regular de documentos de defesa e de um processo de revisão estratégica periódico. Ainda, ao longo das últimas décadas, foram realizadas mudanças esparsas e incrementais em prol de maior eficiência administrativa e orçamentária.

Na última rodada investigativa, o caso em tela foi a Turquia. Nele, destacou-se o investimento e o desenvolvimento da indústria de Defesa nacional, que passou a priorizar o setor com o propósito tanto de se tornar uma potência militar, quanto de impulsionar as políticas econômicas e tecnológicas do país.

Nesta oportunidade, a investigação tem como intuito primário identificar os indicadores comuns ao processo de implementação de um modelo de força futura, haja vista a importância de encontrar categorias de análise que sejam semelhantes nas iniciativas dos demais países, bem como elementos que impulsionaram seus projetos de forma a fomentar e contribuir com o trabalho realizado em solo brasileiro.

Para tanto, com lastro na concepção teórica de planejamento estratégico e gestão de defesa, será desenvolvido um descritivo detalhado de cada categoria analisada, seguido de um quadro comparativo, apontando as semelhanças e as diferenças entre os desenhos de força de China, Índia e Turquia.

O artigo encerra com os ensinamentos aportados dos casos analisados para a realidade brasileira, dentre eles: as boas práticas de gestão em Defesa; a importância de se operar de forma conjunta; e o poder das inovações e de estar na vanguarda tecnológica para atuação nos cenários futuros.

1. Introdução

A seguinte questão tem sido constante nos debates modernos de Defesa: *Qual modelo de força, tamanho e composição, melhor atenderá às demandas do ambiente de segurança futuro?* Durante a Guerra Fria, a pergunta foi respondida pelos países do Ocidente, em grande medida, com vistas à ameaça que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) representava (MAZARR, et. al, 2019).

Com a dissolução da URSS, o ato de planejar tornou-se mais diversificado e complexo, frente à nova gama de ameaças e missões, ainda que a análise das oportunidades, desafios, alocação de recursos e capacitação da força para atender aos interesses da nação sejam as bases do planejamento (MAZARR, et. al, 2019).

O planejamento de defesa é peça fundamental na elaboração das políticas para a área, sendo o responsável por traduzir os objetivos da defesa em capacidades. É,

igualmente, crucial para uma boa governança quando preparado de forma responsável e transparente.

Diante disso, este artigo pretende contribuir para a compreensão sobre a importância do planejamento em Defesa, especialmente, o de longo prazo, e das boas práticas para a sua realização com enfoque na transparência. A essa primeira contribuição agrega-se o que é o foco central da presente pesquisa: comparar, a partir dos planos de modernização/transformação¹, as estratégias adotadas por três países - China, Índia e Turquia - para preparar suas forças para o futuro.

A comparação sistemática e contextualizada de poucos casos, na qual não se renuncia à dimensão histórica, será a técnica empregada neste estudo para responder às perguntas: Como os exércitos de China, Índia e Turquia têm se preparado para o futuro? Quais são as semelhanças e as diferenças entre os três modelos de força?

O principal insumo da pesquisa são fontes primárias (documentos oficiais emitidos pelos governos) e secundárias (análises de *thinktanks*, especialistas e mídias locais), detalhadas em artigos anteriormente publicados.

O artigo inicia com uma breve discussão sobre planejamento e gestão de Defesa. Em seguida, introduz as categorias que serão empregadas na análise, para, a partir de um “grande quadro”, expor os resultados, ressaltando as semelhanças e as diferenças entre os casos.

Por fim e com maior destaque, o artigo encerra discutindo as implicações dos temas para o Exército Brasileiro. Além disso, são indicadas possíveis adequações, com vistas aos casos analisados e à nossa realidade.

¹ Entende-se por modernização uma reestruturação da força menos complexa e, portanto, realizada no curto e médio prazo. Ao passo que a transformação teria um maior nível de complexidade, logo um prazo mais estendido para concretização.

2. Planejamento e gestão de Defesa

O propósito do planejamento em Defesa, particularmente o de longo prazo, é definir os meios, incluindo a estrutura de força futura, que permitirão lidar de maneira efetiva com os desafios futuros. Dessa feita, os planejadores devem analisar a evolução do ambiente de segurança, incluindo as ameaças, as alianças e parcerias, bem como as estratégias de Defesa. E, com base nas tendências observadas, definir o modelo de força e os principais passos para a transição, assim como buscar antever as necessidades da Defesa (TAGAREV, 2009).

Como regra, os planejadores devem ser realistas, ou seja, necessitam estar confiantes de que a transição será sustentável mesmo com importantes restrições financeiras, tecnológicas, demográficas, entre outras (TAGAREV, 2009). Recomenda-se, ainda, que os planos contenham metas e indicadores, os quais possibilitem avaliar o impacto das ações, além de contribuírem para a comunicação pública ao descreverem o progresso das modernizações.

Em sistemas de gestão maduros é possível distinguir três horizontes de planejamento: o curto, o médio e o longo prazo.

Figura 1. Horizontes do planejamento em Defesa



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

De maneira geral, como pode ser observado na figura acima (**Figura 1**), o planejamento de longo prazo se esforça para enxergar as demandas da defesa e segurança futuras, analisando tendências na evolução dos ambientes de segurança e tecnológicas. O principal propósito

do planejamento de médio prazo é garantir que as atividades atuais de gestão em Defesa sirvam para atingir os objetivos da Defesa e colaborem na concepção da força futura. Já o planejamento de curto prazo tem a função de detalhar os anos subsequentes ao plano, abordando temas como: recrutamento, treinamento e compras, não perdendo o foco do orçamento.

A Defesa, diferentemente de outras áreas do governo², exige um planejamento com ênfase no longo prazo, que seja flexível o suficiente para lidar com imprevistos e passível de atualizações e de ajustes. Um problema particular da gestão em Defesa é a necessidade de adquirir equipamentos que sejam resistentes e duráveis (algumas décadas), isto é, a cada nova aquisição, o ciclo de vida do bem deve ser levado em consideração, contabilizando gastos com possíveis adaptações, peças de reposição, pessoal, treinamento, etc. Logo, uma decisão orçamentária em um dado momento tem repercussões muito à frente (EKELEN, 2009).

Por se tratar de períodos longos, usualmente de dez a quinze anos³, o planejamento em Defesa deve ser guiado por documentos consensuais que definam os interesses estratégicos do país. Esses documentos são, idealmente, os Livros Brancos ou modelos semelhantes. Os documentos estratégicos são considerados fundamentais, ao permitirem uma relação harmônica entre militares e políticos, em que os políticos se abstêm das questões micro, diretamente relacionadas à execução das missões e tarefas, e os militares possuem um instrumento para prestação de contas de suas ações (EKELEN, 2009).

2.1 Transparência

Axcelentes vias para se prevenir a

² A área detém o monopólio do uso da força.

³ Alguns países tentam olhar mais adiante no futuro e usar horizontes mais distantes, principalmente, quando têm grandes ambições tecnológicas e desejam liderar o desenvolvimento de novas tecnologias (TAGAREV, 2009).

corrupção e a má administração, além de inserir o cidadão no processo político e decisório. Conforme Tagarev (2002), são indispensáveis na área de defesa:

1. Propor e dar seguimento aos planos de reforma;
2. criar e/ou apoiar ações multilaterais ou regionais sobre desarmamento, controle da produção e proliferação de armas de destruição em massa, comércio de armas;
3. facilitar avaliações estratégicas das capacidades de Defesa de certo país por outros Estados (especialmente dentro de uma região);
4. facilitar a compreensão das preocupações e problemas de Defesa de certo Estado por outro Estado, promovendo a confiança mútua;
5. dar previsibilidade no aspecto militar e de segurança, reduzindo as possibilidades de emergência de fatores de instabilidade e políticas agressivas contra outros Estados;
6. influenciar a qualidade dos conceitos e aprender uns com os outros;
7. fortalecer o respeito sobre seu potencial de Defesa frente a possíveis oponentes e aliados, contribuindo para a dissuasão e para o estabelecimento de parcerias; e
8. permitir a discussão política, analítica e científica de questões de Defesa, aprimorando a área.

A transparência é um conceito complexo, com aspectos domésticos e internacionais. No nível doméstico, a transparência é uma questão de fornecer informações aos representantes eleitos, à mídia, à academia e à sociedade em geral. Nesse caso, a transparência permite a prestação de contas e é um imperativo das democracias (TAGAREV, 2002, NARLI, 2003).

No nível regional, a transparência é o compartilhamento de informações sobre programas de Defesa e propostas de ação com

os vizinhos. Fundamental à estabilidade regional e às boas relações de vizinhança. No nível internacional, a informação é compartilhada com mais países e com agências internacionais. Essencial para a segurança internacional. Salienta-se, entretanto, que, em ambos os níveis, não há uma exigência como ocorre na esfera doméstica, mesmo assim, a transparência recíproca entre governos deve ser praticada (TAGAREV, 2002, NARLI, 2003).

Há, portanto, uma distinção importante entre, de um lado, a transparência no contexto das relações interestatais, referindo-se à divulgação voluntária de informações que podem fazer parte de medidas para a construção da confiança mútua e, do outro, a transparência como um aspecto da governança interna, referindo-se à capacidade dos cidadãos de acessar informações relevantes sobre as atividades da Defesa (PERLO-FREEMAN, 2016).

Transparência, entretanto, não significa divulgação irrestrita. Ser transparente sugere adotar procedimentos de visibilidade e medidas proativas para prover informações suficientemente detalhadas, abrangentes e confiáveis.

Por se tratar de um tema sensível, a Segurança Nacional, o principal desafio está em determinar quando as restrições de acesso ao público à informação são benéficas ao Estado. Frisa-se que o sigilo excessivo, a longo prazo, pode ser uma ameaça maior à Segurança Nacional do que a transparência, ao minar a confiança nas instituições e, em última instância, enfraquecer a legitimidade democrática (CARDONA, 2018).

Para tanto, é indispensável um planejamento consistente com uma clara definição das missões, responsabilidades, recursos e objetivos de Defesa. E, em paralelo, adotar e disseminar boas práticas e sistemas de prestação de contas, os quais incluam todos os níveis de instituições e especialistas independentes (TAGAREV, 2002).

Garantir o monitoramento, o controle, a auditoria, a transparência nos processos e a

elaboração e aplicação de programas orientados por objetivos são medidas efetivas no combate à corrupção - um grande problema nas forças armadas de diversos países. Neste estudo, como veremos em continuidade, a China vivenciou os efeitos desse problema em seu exército, comprometendo, até mesmo, o andamento dos planos de modernização.

3. Comparação sistemática e contextualizada dos casos

Neste estudo, tratamos especificamente de três casos: China, Índia e Turquia. À primeira vista, percebe-se que os três países estão localizados no continente asiático e são importantes líderes regionais. No que tange aos seus regimes políticos, conforme as estimativas do Instituto V-Dem (2022), Índia e Turquia caracterizam-se por serem autocracias eleitorais⁴, enquanto a China se trata de uma autocracia fechada⁵. Os três compõem, portanto, o grande conjunto de países onde o sistema democrático não prevalece e partidos antipluralistas impulsionam a autocratização⁶ (V-Dem, 2022).

Para orientar a análise, foram adotadas quatro categorias passíveis de comparação. Para cada categoria, mais abstrata⁷, foram eleitas algumas unidades específicas de forma a permitir observar os mesmos itens nos três distintos casos. As categorias e unidades estão dispostas no quadro a seguir (Quadro 1):

⁴O termo “autocracia eleitoral” distingue um regime civil onde as instituições democráticas existem e são vistas tanto pelo governo quanto pela oposição como o principal mecanismo para se conquistar o poder. Porém, o partido da situação goza de enormes vantagens sobre a oposição, com diversas formas de controle, intimidação e até repressão.

⁵São classificados como “autocracias fechadas” países em que o legislativo ou o chefe do executivo não são escolhidos por meio de eleições multipartidárias.

⁶Os últimos trinta anos de avanços democráticos foram erradicados, retornando ao nível que se tinha em 1989. As autocracias eleitorais são hoje o tipo de regime mais comum, abrigando 44% da população global ou 3,4 bilhões de pessoas (V-Dem, 2022).

⁷Isto é, que possui alto grau de generalização.

Quadro 1. Categorias de análise

Categorias	Unidades de Comparação
Antecedentes	Estratégias / Ambiente
Metodologia de Planejamento	Conceitos / Prazos / Atividades
Organização	Funções / Estruturas
Inovação	Tecnologias / Parcerias

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A primeira categoria, “antecedentes”, aborda aspectos da trajetória dos três países na constituição de suas Forças, documentos nacionais emitidos e principais ameaças percebidas. Diante dessa apreensão do grande quadro, passa-se então à categoria “metodologia de planejamento”, na qual três aspectos saltam aos olhos: os conceitos formulados, os prazos definidos e as principais atividades programadas/ações estratégicas. A seguir, busca-se na categoria “organização”, entender como serão distribuídas as atividades internamente, planos de ação e as estruturas criadas. Por fim, a categoria “inovação” lança um olhar sobre as principais tecnologias e parcerias projetadas.

3.1 Antecedentes

China e Turquia revelam, por meio da apresentação dos respectivos Livros Brancos, alguns dos principais aspectos de sua Segurança e Defesa. A China, em 2004, informou em seu documento que as Forças Área, Naval e de Mísseis receberiam maior atenção e prioridade frente à Força Terrestre, historicamente mais poderosa. O mesmo documento, na edição publicada em 2015, insistiu na mudança do foco da terra, conferindo maior proeminência ao domínio marítimo. Destacou, ainda, o predomínio informacional e a importância de se vencer guerras locais informatizadas, com ataques precisos e operações conjuntas.

Na Turquia, o Livro Branco, publicado em

2000, para além de reiterar a postura pacífica e cooperativa do país, frisou a importância da produção de armas militares de alta tecnologia, veículos, equipamentos e o incentivo e apoio à indústria de Defesa. Por outro lado, a Índia, terceiro caso da comparação, destoa ao não produzir de maneira periódica documentos de Defesa. A flagrante ausência reflete tanto internamente, dificultando o planejamento estratégico, quanto externamente, ao impossibilitar aos demais países o conhecimento mais detalhado de suas estruturas.

Para além do Livro Branco, China e Turquia produziram outros documentos que ajudam a compreender o pensamento de futuro desses países. Na Ciência da Estratégia Militar chinesa, divulgada em 2013, os temas mais salientes eram integração do espaço, ciberespaço e guerra eletrônica. As guerras seriam pequenas, de baixa intensidade e irregulares. Na Turquia, em 2015, os Planos das Forças Armadas da Turquia para 2033⁸ buscavam por maior eficácia e por um exército profissional.

No conjunto de ameaças, observa-se que os três países sofrem com questões marítimas, sejam as disputas pelas ilhas no Mar do Sul da China, seja a crescente atenção da Índia à presença de potências estrangeiras no Oceano Índico, sejam as tensões no Mar Egeu, junto à Turquia.

Disputas territoriais e soberanias contestadas também são um tema comum e sensível aos três: a Ilha Senkaku, as Ilhas Spratly e Paracel são exemplos no caso chinês; as hostilidades em Jammu e na Caxemira no caso indiano; e a contenda na República do Chipre, no turco. Do mesmo modo, grupos armados e o terrorismo integram as preocupações de segurança dos três Estados. Por fim, China e Índia dividem uma fronteira, mais conhecida como Linha de Controle Real (*LAC*, na sigla em inglês), palco de recentes confrontos.

⁸Não divulgado ao público.

3.2 Metodologia de planejamento

Em 2020, durante Plenária do Partido Comunista Chinês, a China anunciou novos marcos para a modernização. O primeiro deles, em 2027, quando se espera estar atuando em rede, em um sistema de guerras inteligíveis. Para tanto, pretende-se, até lá, acelerar a integração da mecanização com a informatização e com a inteligência, ao mesmo tempo em que busca impulsionar a modernização da doutrina, organizações e equipamentos de guerra.

Para 2035, almeja-se completar a modernização da doutrina, estrutura organizacional, pessoal militar, armamento e equipamento; isto é completar “basicamente” a modernização. O último marco, em 2049, é quando a transformação estará completa e o Exército de Libertação Popular terá se tornado uma Força de classe mundial.

A Turquia, por sua vez, pretende completar a modernização de seu equipamento militar em 2033. Porém, deseja tornar o Estado autossuficiente em matéria de Defesa e conquistar uma indústria à frente de seu tempo até 2023 (dez anos antes).

É digno de nota que, em ambos os países, os prazos de concretização dos projetos coincidem com datas comemorativas. Na China, em 2049, será celebrado o 100º aniversário da República Popular da China. Para a data, o líder, Xi Jinping, promete alcançar a liderança mundial em termos de Força nacional e influência internacional. Da mesma maneira, em 2023, se festeja o centenário da República turca. Com esse foco, a Turquia tem dado importantes passos em vários campos, de transporte à energia, de carros domésticos à indústria de Defesa.

Nesse aspecto, a Índia se mostrou bastante singular, em particular, por não produzir de maneira regular documentos de Defesa, o que seguramente afeta sua capacidade de realizar planejamentos de curto, médio e longo prazos. Logo, a pesquisa exploratória não localizou marcos temporais específicos para concretização

de projetos. Frisa-se, contudo, que, em 2018, o país atualizou o seu sistema de planejamento com a criação do Comitê de Planejamento de Defesa (DPC, na sigla em inglês), encarregado, entre outros, de realizar um planejamento integrado das Forças.

3.3 Organização

Nos desenhos de força chinês e indiano foram incluídas, na última década, estruturas conjuntas. Na China, houve, em 2015, a criação da Força Conjunta de Apoio Logístico, com a finalidade de promover a melhor integração do apoio logístico, e a Força de Apoio Estratégico, a qual cumpre as tarefas de advertência antecipada, gerenciamento de satélites e Defesa nos domínios eletromagnético e cibernético. Na Índia, em 2019, foram inauguradas a Agência de Defesa Cibernética, a Agência de Defesa Espacial e a Divisão de Operações Espaciais.

Da mesma forma, os dois casos, China e Índia, se assemelham no modo como pretendem organizar sua força de combate. Na China, o sistema de regiões militares foi substituído por cinco teatros de operação. Os teatros foram delimitados espacialmente a partir das percepções de ameaça. Na Índia, o governo intenciona ter de seis a sete comandos integrados, organizados conforme a sua função ou geografia.

Esses mesmos dois países, China e Índia, compartilham, ainda que de modo distinto, a relevância atribuída a órgãos centralizadores em seu processo de reforma. Na China, com o principal propósito de prevenir casos de corrupção e reforçar a disciplina e os valores, a Comissão Central Militar é responsável por operacionalizar os teatros, reunir as informações dos departamentos, comissões e escritórios e, fundamentalmente, estar à frente dos processos de supervisão, auditoria e inspeção.

Na Índia, o cargo de Chefe do Estado-Maior de Defesa, criado em 2020, é considerado

essencial para a modernização e operação conjunta das Forças, haja vista ser responsável por atuar como principal conselheiro militar, proporcionar a integração e a articulação entre as Forças, ao mesmo tempo em que encabeça o Departamento de Assuntos Militares, órgão vocacionado aos assuntos relacionados com as aquisições, o treinamento e o planejamento conjunto.

É comum aos três Estados a preferência por atuar com unidades menores, modulares e multifuncionais. Destaca-se, na Índia, os Grupos de Combate Integrado (*IBGs*, na sigla em inglês), forças mais enxutas, ágeis, leves e organizadas sob medida (ameaça, terreno e tarefa). Igualmente, na Turquia, almeja-se uma redução do efetivo da Força Terrestre em 20 a 30%, aprimoramento no treinamento e maior mobilidade.

É peculiar ao caso chinês a criação da Força de Foguetes, considerada capital para o *status* de potência do país e para a dissuasão estratégica chinesa e, no caso turco, a conversão de unidades de infantaria mecanizada em brigadas de comandos, com o dever de realizar operações especiais, com novas armas e doutrina avançadas.

3.4 Inovação

A preocupação em estar na dianteira da corrida tecnológica e, ao mesmo tempo, incentivar a produção da indústria de defesa nacional é partilhada pelos três países.

Na China, em 2016, foi anunciado um reesquadrinhamento da educação militar com foco em áreas como: ciência da computação; tecnologia da informação; e estudos aeroespaciais, destacando-se nessa nova organização a Universidade Nacional de Defesa e a Universidade Nacional de Tecnologia de Defesa. Além disso, foi instituída a Comissão de Ciência e Tecnologia, responsável pela coordenação militar com especialistas civis capacitados em

áreas tecnológicas críticas. Foi realizada, ainda, a criação do Departamento de Desenvolvimento de Equipamentos, responsável por inspecionar o desenvolvimento das ferramentas e impulsionar a pesquisa.

Na Índia, um programa de reforma econômica e a concessão de incentivos orçamentários para o uso de produtos nacionais nas plataformas de Defesa geraram retornos rápidos e positivos para o setor, aumentando, em grande escala, as aquisições com origem doméstica.

Na Turquia não foi diferente. Entre 2004 e 2018, o número de projetos lançados pela indústria de defesa nacional cresceu, aproximadamente, dez vezes e a produção de novos equipamentos militares, como veículos aéreos não tripulados (UAVs), desempenhou um papel importante na redução da dependência externa. É digno de nota que, entre 2015 e 2019, a Turquia não apenas diminuiu sua importação de armas em 48%, mas, também, aumentou sua exportação em 86%, quando comparado com os cinco anos anteriores.

No tocante às tecnologias a serem empregadas na guerra do futuro, verifica-se, nos três casos, um maior esforço no desenvolvimento de capacidades nos domínios espacial e aéreo. No caso chinês, listam-se: os mísseis ar-ar PL-15E e PL-10E; os contratorpedeiros de mísseis furtivos da classe *Type 055*; e o desenvolvimento de armas hipersônicas. No caso indiano, houve a importante criação da Agência de Pesquisa em Defesa Espacial (*DSRA*, na sigla em inglês), responsável por conduzir, entre outros projetos, pesquisas sobre as armas antissatélite. Esforços têm sido feitos, igualmente, na instalação de novos sensores e satélites, além do desenvolvimento do sistema de foguetes *Pinaka* e da Superfície de Reação Rápida para Míssil Aéreo.

Na Turquia, a dronização, seguramente, foi crucial para a modernização das capacidades militares. Para citar alguns exemplos: o drone *Kargu*, totalmente autônomo; o drone *TB2*, o

mais exportado do mundo; o sistema de drone *Anka*, o maior e mais capaz da *Turkish Aerospace*; o novo drone *Aksungur*, capaz de missões de guerra antissubmarino; e o Drone *MIUS Nexgen* multifuncional, capaz de missões ar-ar e ar-terra. Outros projetos incluem: o helicóptero de ataque *Gökbey*; a família *SOM (Stand off Missile)* de mísseis de cruzeiro; o moderno *Milgem corvette*; *Hisar SAM (Surfaceto Air Missile)*; radar de alerta antecipado de banda *S Aselsan EIRS*; o projeto de caça *TAI TFX 5th Gen*; e o *Sapan Hypersonic*, um canhão eletromagnético capaz de impulsionar projéteis a velocidades hipersônicas.

As capacidades para a guerra eletrônica e para a cibernética, também, não passam despercebidas por esses países, ao investirem na melhoria das habilidades para detectar e conter intrusões cibernéticas, salvaguardar redes e sistemas militares, bem como defender a fronteira cibernética nacional.

3.5 Quadro comparativo

O quadro abaixo compila os achados detalhados nas subseções anteriores:

Quadro 2. Comparação dos casos

	ANTECEDENTES	METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO	ORGANIZAÇÃO	INOVAÇÃO
CHINA	Livro Branco (2004/2015) Ciência da Estratégia Militar (2013)	2027 – Atuação em Rede 2035 – Modernização básica 2049 – Transformação Completa	Força Conjunta de Apoio Logístico Força de Foguetes Força de Apoio Estratégico Cinco Teatros de Operação	Educação tecnológica Departamento de Desenvolvimento de Equipamentos Cibernética Mísseis/Contratorpedeiros
ÍNDIA	Não localizado	Ausência de sistematização explícita	Grupos de Combate Integrado Agência de Defesa Cibernética Agência Espacial Divisão de Operações Especiais Comandos Integrados	Agência de Pesquisa em Defesa Espacial Arma antissatélite Sistemas de Foguetes Superfícies de Reação Rápida para Missil Aéreo
TURQUIA	Livro Branco (2000) Planos da TAF para 2033 (2015)	2033 – Completar modernização do equipamento militar	Brigadas de Comandos	Drones/mísseis de cruzeiro/caça Laser/armas hipersônicas

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

4. Reflexões finais e implicações para o Exército Brasileiro

Este estudo apresentou e comparou três distintos modelos de força de importantes países do cenário internacional, estabelecendo relações entre eles, a exemplo dos marcos temporais e das principais tecnologias a serem empregadas no combate futuro. A análise dá passagem, agora, para uma reflexão final e discussão das implicações ao caso brasileiro.

4.1 Boas práticas em governança, gestão e planejamento de Defesa

O primeiro aspecto que é possível depreender do estudo aprofundado de China, Índia e Turquia diz respeito à importância, tanto a nível doméstico quanto internacional, de se adotar boas práticas na gestão e no planejamento de Defesa.

Assim sendo, realizar uma clara identificação dos objetivos, vulnerabilidades, riscos, ameaças e potencialidades; alinhar de modo sinérgico os objetivos, a estratégia e a doutrina, sopesando, também, as tecnologias e as organizações necessárias para a consecução dos objetivos pretendidos; manter uma periodicidade na publicação de documentos e a periodização do planejamento, com o estabelecimento de metas, indicadores e a apresentação do orçamento; criar mecanismos de auditoria e envidar esforços para uma profícua prestação de contas; e aderir às práticas de transparência de forma a evitar a corrupção. Esses aspectos são essenciais para um profícuo planejamento em Defesa e a definição dos interesses estratégicos do país.

Nesse sentido, sugere-se, em específico, agregar ao currículo das escolas militares disciplinas que tenham como foco as boas práticas em governança, gestão de defesa e transparência.

Figura 2. Boas práticas em governança e gestão de Defesa



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.2 Planejar com foco em inovação

O segundo aspecto revelado com o estudo dos casos diz respeito ao papel de um pensamento inovador no planejamento futuro da Força. A inovação no setor de Defesa tem como alguns de seus objetivos a busca por maior eficiência, a criação de competências específicas e a obtenção de vantagens frente aos adversários.

A inovação é propulsora de mudanças, sejam elas nas armas combatentes, no modo de combater ou nos conceitos operacionais. Nesse sentido, uma cultura organizacional permeável

à inovação, com valores que estimulem a aprendizagem, a experimentação e o espírito empreendedor impulsionam novos produtos e processos (ROSEN, 1991; CORREIA, 2008).

Diante disso, recomenda-se a criação de ambientes de inovação, ou seja, espaços propícios em que equipes conjuntas e multifuncionais se reúnam para lidar com os dilemas da inovação, facilitando um diálogo profícuo entre pesquisadores, tecnólogos e oficiais, em que sejam apresentadas soluções tecnologicamente viáveis e operacionalmente eficazes e que, em última instância, busquem alcançar os objetivos traçados na política de defesa.

Nessa mesma linha, sugere-se considerar estabelecer esse grupo em uma instituição de ensino, como a Escola Superior de Defesa, aproveitando o ambiente e a alta qualidade dos alunos e dos profissionais como, também, organizar conferências externas para discutir os principais tópicos com representantes da academia, indústria, entre outros interessados.

4.3 Estabelecimento de Comandos Conjuntos

O terceiro ponto que aparece na análise dos três países é relativo à atuação conjunta das Forças. A integração das competências de combate de cada uma das Forças é essencial para atuação no ambiente de guerra futuro.

Para tanto, uma orientação *top-down*, cujas decisões sejam tomadas pelo alto escalão do Ministério da Defesa, em consonância com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, e seguidas pelos demais membros das Forças, é pressuposto para que haja uma uniformização doutrinária, conferindo maior eficiência operacional. Desse modo, aventa-se a esses órgãos a elaboração de um documento, no qual articule-se a concepção estratégica futura das Forças.

Nesse processo, é importante que as

possíveis divergências entre os braços armados sejam dirimidas e as perspectivas singulares sejam transcendidas, em prol do compartilhamento de valores e de objetivos comuns. O fortalecimento de uma cultura estratégica que privilegie a interoperabilidade requer medidas efetivas nas áreas de educação e treinamento, de forma a criar um verdadeiro “espírito conjunto” e uma harmonia entre todos os membros das Forças.

Nessa perspectiva, as simulações colaboram para aprimorar o planejamento e as articulações nos níveis estratégico e operacional, da mesma maneira que a oferta de capacitação e programas qualificam os militares para operarem conjuntamente.

4.4 Considerações finais

Por fim, o elemento fulcral para o sucesso de um processo de modernização/transformação com vistas à adoção de um novo modelo de força consiste em uma comunicação estratégica efetiva e contínua, em que tanto a sociedade civil, quanto as instituições militares, estejam cientes das fases a serem percorridas, dos objetivos a serem atingidos e dos recursos a serem empenhados. De forma que o compartilhamento de informações e de dados, nos momentos oportunos, confira a credibilidade e a confiança necessárias para a continuidade das ações.

Destarte, este artigo encerra estimulando a produção de outras análises, comparações e estudos de caso que se somem aos esforços aqui realizados, em benefício da concepção de um modelo futuro para o Exército Brasileiro.

Referências

CARDONA, Francisco. *Balancing Openness and Confidentiality in the Defence Sector: Lessons from international good practice*. Centre for Integrity in the Defence Sector, Norwegian Ministry of Defence, 2018.

CORREIA, Armando. Inovar para transformar a defesa. *Revista Militar* 2473/2474, 2008.

EKELEN, Willem Frederik. Transparency in Defence Management. In: MARCU-BUCUR, Hari; FLURI, Philipp; TAGAREV, Todor (eds.) *Defence Management an Introduction*, DCAF, 2009.

MAZARR, Michael; BEST, Katharina; LAIRD, Burgess; LARSON, Eric; LINICK, Michael; MADDEN, Dan. *The U.S. Department of Defense's Planning Process: Components and Challenges*. RAND Corporation, 2019.

NARLI, Nilufer. Initiatives for Transparency-Building in Turkey: international, regional and domestic factors. *Information & Security: An International Journal*. v. 11, p. 34-54, 2003.

PERLO-FREEMAN, Sam. *Transparency and accountability in military spending*. SIPRI, 2016. Disponível em: <https://www.sipri.org/commentary/topical-backgrounder/2016/transparency-and-accountability-military-spending>. Acesso em: out. 2022

ROSEN, Stephen P. *Winning the Next War*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1991.

TAGAREV, Todor (ed.) *Transparency in Defence Policy, Military Budgeting and Procurement*. Geneva Centre for Democratic Control of Armed Forces, Bulgaria, 2002.

TAGAREV, Todor. Defence Planning – A core process in Defence Management. In: MARCU-BUCUR, Hari; FLURI, Philipp; TAGAREV, Todor (eds.) *Defence Management an Introduction*, DCAF, 2009.

V-Dem Institute. *Democracy Report 2022*. Autocratization Changing Nature? University of Gothenburg, 2022.